

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 8 | edição nº 1 | 2019

*One Belt, One Road: a iniciativa
chinesa de infraestrutura e a sua
repercussão no BRICS*

Lucas Gualberto do Nascimento,
Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

ONE BELT, ONE ROAD: A INICIATIVA CHINESA DE INFRAESTRUTURA E A SUA REPERCUSSÃO NO BRICS

Lucas Gualberto do Nascimento¹

Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto²

RESUMO: O estudo pretende analisar a iniciativa chinesa de infraestrutura, chamada *Belt and Road Initiative (B&R)*, ou *One Belt, One Road (OBOR)*, mais conhecida como “A Nova Rota da Seda”, lançada oficialmente em 2013; e a partir de uma visão de expansão da influência chinesa tanto na economia como na política mundial, com o apoio de novas plataformas de cooperação entre países emergentes, como o BRICS. Ademais, o trabalho também explora as iniciativas globais chinesas de aproximação político-econômica, de maneira a influenciar o cenário político-econômico dos seus parceiros estratégicos no continente eurasiático expandido, na África e na América do Sul. Assim, é possível identificar as iniciativas e estratégias chinesas para a expansão da sua influência, a partir do incentivo à expansão econômica, junto a uma rede de fontes de financiamento com apoio do capital chinês; e, portanto, a atração de potenciais parceiros em suas zonas de influência imediata e transcontinental, em uma expansão planejada para o oeste. Por fim, é avaliado como o OBOR pode influenciar o BRICS e seus membros no fortalecimento do seu projeto de cooperação e benefício mútuos, a partir da ampliação da sua infraestrutura interna, promovendo mais uma aproximação física como nova etapa da crescente interação entre seus membros.

Palavras-chave: Política externa chinesa; China e OBOR; BRICS; Geopolítica.

¹ Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2017. Fez intercâmbio acadêmico semestral na Universidad Autónoma de Madrid (UAM), em 2016-2017. Membro do Grupo de Pesquisa da Política Internacional (GPPI), especializado no estudo do BRICS, e do grupo Responsabilidade do Estado, Uso da Força e o Bloco de Constitucionalidade do Direito Internacional, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi integrante do programa PIBIT (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica), em 2011-2012, pelo CEFET/RJ. Possui interesse e experiência nos seguintes temas: BRICS; Estudos de População e Desenvolvimento; Direito Internacional Público; Responsabilidade do Estado. Email: lucasgdn2@gmail.com

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Diretora de Pesquisa da Cátedra e Rede da UNESCO sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN), Coordenadora do grupo de Trabalho Geopolítica, integração regional e sistema mundial do Conselho Latinoamericano e Caribenho de Ciências Sociais-CLACSO, Presidente da Agência Latinoamericana de Informação-ALAI, membro permanente do claustro de orientadores de doutorado de administração da Universidade Nacional Autónoma do México-UNAM e pesquisadora da Rede de Estudos de Economia Mundial (REDEM), com sede na Universidade de Puebla-México. Foi assessora da Secretaria Geral da União de Nações Sulamericanas (UNASUL) e Diretora do Instituto de Pesquisa Social Perú-mundo (Lima). Email: monicabruckmann@gmail.com

ONE BELT, ONE ROAD: THE CHINESE INITIATIVE FOR INFRASTRUCTURE AND ITS REPERCUSSION ON BRICS

ABSTRACT: This study aims to analyze the Chinese infrastructure initiative called the Belt and Road Initiative (B&R), or One Belt, One Road (OBOR), better known as "The New Silk Road", officially launched in 2013; and from a vision of expanding Chinese influence in both the economy and world politics with the support of new platforms of cooperation among emergent countries, such as the BRICS. In addition, the paper also explores the global Chinese political-economic approaches in order to influence the political-economic scenario of its strategic partners in the expanded Eurasian continent, Africa, and South America. Thus, it is possible to identify Chinese initiatives and strategies for expanding its influence, from the initiative for economic expansion, to a network of Chinese-funded finance sources; and therefore the attraction of potential partners in zones of immediate and transcontinental influence, in a planned expansion to the west. Finally, it is evaluated how OBOR can influence BRICS and its members in strengthening its project of cooperation and mutual benefit, by expanding its internal infrastructure, promoting a more material cooperation as a new stage of the growing interaction among its members.

Keywords: Chinese foreign policy; China and OBOR; BRICS; Geopolitics

I. INTRODUÇÃO

Em recentes mudanças na conjuntura internacional pós-Guerra Fria, as bordas asiáticas do Pacífico estão lentamente se tornando a região mais dinâmica do sistema capitalista. Nesta conjuntura, a política externa chinesa de expansão da sua influência configura-se, paulatinamente, como essencial para a análise do futuro da política internacional na Eurásia, configurada pelas relações da potência chinesa a partir de parcerias estratégicas de cooperação. As relações político-econômicas intensificadas entre o maior ator do Extremo Oriente com os seus vizinhos geram novas convergências, a serem destacadas no decorrer do presente artigo; principalmente as evoluções das relações sino-russas e sino-indianas, potências cruciais para os planos de expansão chineses na Eurásia; a destacar a projeção internacional esperada a partir do plano de infraestrutura *One Belt, One Road* (OBOR), de proposta chinesa, porém, de participação indispensável das outras duas potências do BRICS que são localizadas na Eurásia para o seu sucesso. Ademais, o projeto também prevê ações no continente africano e na América do Sul, a destacar o Brasil e o Peru, a partir da mesma estratégia de expansão da capacidade de infraestrutura como catalisadora de uma intensificação das relações econômicas.

A partir de relatórios governamentais, de organizações internacionais e de revisões literárias, o presente artigo tem como objetivo explicitar o OBOR como elemento de projeção da política externa chinesa a partir do seu estabelecimento de parcerias estratégicas, assim como demonstrar a sua articulação com o BRICS como plataforma de cooperação entre os países emergentes com os quais a China prioriza tais relações estratégicas. Em decorrência de tais práticas de cooperação e visões de política externa, o artigo pretende demonstrar que o OBOR, como plataforma econômica e de infraestrutura de iniciativa chinesa, repercute na plataforma política do BRICS e tende a aproximar os membros que optarem por participar ativamente dos projetos propostos, buscando uma modificação da ordem internacional mais favorável aos emergentes. O presente artigo estrutura-se da seguinte forma:

Na seção II será apresentada a conjuntura internacional no continente eurasiático, as fronteiras chinesas e a base de expansão do OBOR. Serão analisados os pormenores das relações sino-russas e sino-indianas, como um triângulo estratégico que o OBOR pretende fortalecer. É a partir dessa região que a iniciativa projeta-se para outras regiões do continente eurasiático, e, por fim, atinge os outros países do BRICS localizados no continente africano e na América do Sul.

Já a terceira seção pretende analisar o conceito chinês de parceria estratégica como referencial teórico, a justificar a identificação de específicos países, emergentes economicamente e em influência na conjuntura internacional, para a intensificação da cooperação em áreas-chave de interesse chinês. A seguir, a partir do estabelecimento de parcerias estratégicas, esta seção analisa a iniciativa OBOR e sua estrutura física entre os países da Eurásia, região de influência imediata do projeto, em uma expansão centrífuga a partir do território chinês. Em seus eixos sino-russo e sino-indianos, é analisada a repercussão do projeto nos países BRICS, o que tende a influenciar uma convergência em triângulo estratégico no continente eurasiático.

Por fim, a quarta seção é dedicada a analisar as repercussões do OBOR, como plataforma econômica, para o BRICS, como plataforma política, assim como as influências do projeto além da Eurásia, especialmente no continente africano e na América do Sul. O trabalho identifica potências emergentes com interesses afins ao projeto, com capacidade de desenvolver as infraestruturas regionais, visando à intensificação das trocas comerciais e um consequente desenvolvimento econômico. Essa seção ainda se dedica a demonstrar como o OBOR repercute positivamente nos projetos econômicos de longo prazo determinados pelo BRICS, como grupo de cooperação entre países emergentes que demonstraram posições políticas convergentes nas últimas décadas, especialmente em relação à busca de maior protagonismo nos organismos decisórios do sistema internacional.

Nesta perspectiva, na conclusão é reiterada o OBOR como projeto de infraestrutura de alcance global e único na atual conjuntura internacional, capaz de promover novos patamares de integração da infraestrutura e de trocas comerciais entre os participantes; e destaca a repercussão do projeto no BRICS, como plataforma política de membros prioritários para a visão chinesa de parceria estratégica. Em conjunto, as duas plataformas, a primeira econômica, e a segunda política, possuem capacidade de promover convergência e aproximação político-econômica entre os seus membros e parceiros.

II. A CONJUNTURA INTERNACIONAL NO CONTINENTE EURASIÁTICO

II.1 RELAÇÕES SINO-RUSSAS CONTEMPORÂNEAS

Rússia e China, importantes atores nas relações interestatais de um continente eurasiático expandido, têm estabelecido uma paceria estratégica nas últimas décadas. A partir da gestão de objetivos pragmáticos de política externa, ambos os países aproximaram-se com o advento do século XXI, a partir da política internacional recentrada na Ásia-Pacífico. Os mesmos, a partir de objetivos em comum, aproximam-se em um caráter de interdependência nas suas relações bilaterais (FREIRE, 2013). A partir de novas diretrizes assentadas em um novo tratado de amizade, de 2001, as relações sino-russas intensificaram-se rapidamente ao longo da última década até os tempos atuais. Diversos resultados positivos foram obtidos a partir de um maior entendimento mútuo, a destacar os seguintes: resolução das questões fronteiriças remanescentes; forte intensificação das relações comerciais; importantes programas de integração político-econômica e de infraestrutura, a destacar o OBOR e o BRICS. Tais fatores são preponderantes para analisar a aproximação sino-russa como um elemento constituinte de uma dinamização da crescente integração eurasiática (MIKHAILOVA, 2013).

A convergência entre os dois atores é demonstrada nos recentes acordos feitos para o lançamento da plataforma OBOR de integração de infraestrutura. A partir da plataforma sino-russa, tanto o programa OBOR como a União Econômica Eurasiática (EEU) estão em profunda cooperação, o que engloba um corredor de alinhamento político-econômico com capacidade de integrar a Ásia-Pacífico à Europa Ocidental (ESCOBAR, 2017). Tais corredores comerciais, em conjunto com as recentes plataformas de financiamento lançadas pela China, como o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB) e o *New Development Bank* (NDB), esse dentro do BRICS, possuem o potencial de liderar o futuro da dinâmica de produção capitalista no sistema internacional, a partir da projeção da acumulação material chinesa, assim como a expansão do seu padrão tecnológico, em aliança com outras potências emergentes em plataformas de cooperação, de modo a promover os seus interesses no sistema, principalmente a continuação da sua ascensão como emergentes.

II.2 RELAÇÕES SINO-INDIANAS CONTEMPORÂNEAS

Apesar de incidentes entre os dois países durante a Guerra Fria, especialmente sob o governo maoísta, as recentes relações sino-indianas demonstram melhora em relação ao século passado. As mesmas não possuem o mesmo grau de entendimento em relação às sino-russas,

porém, estão em crescente fortalecimento, principalmente baseado em acordos econômicos. Em setembro de 2014, em visita de Xi Jinping, acordos de investimento em infraestrutura – rodovias, ferrovias e parques industriais – foram fechados, com valores de aproximadamente US\$ 27 bilhões (MEYER, 2014).

Ambas as potências demonstram, recentemente, posturas mútuas de pragmatismo, de modo que questões históricas não interfiram na ainda delicada aproximação. A política externa chinesa de engajamento em parcerias estratégicas, a partir de 2013 principalmente, sob o governo de Xi Jinping, busca um alinhamento político possível, que permita ganhos econômicos mútuos e arrefecimento de conflitos, priorizando o desenvolvimento econômico. De acordo com Ribeiro (2015, p. 25):

As principais iniciativas são a Rota da Seda na Ásia Central, a Rota da Seda Marítima e o corredor Bangladesh-China-Índia-Mianmar. Estas serão as regiões mais favorecidas e engajadas pela China. Por outro lado, aqueles que se opuserem ao crescimento chinês serão sancionados e isolados.

Da mesma forma, em uma ação que demonstra importante iniciativa para resolução pragmática de conflitos, a participação indiana em projetos de integração econômica com a China vem sendo vinculada à manutenção da paz e da normalidade das relações na região. Diferentemente de governos de décadas passadas, os quais fizeram demonstrações belicosas e de escalada de conflito, tanto Xi como Narendra Modi, líder indiano, divulgaram, em 2014, uma declaração bilateral na qual tratam as resoluções de disputas territoriais sino-índianas como “objetivo estratégico” (CHOWDHURY, 2014). Portanto, é possível constatar que a aproximação de relações entre ambos os países é legítima, demonstra sinais de durabilidade e é essencial para as iniciativas econômicas e estratégicas chinesas, tanto para as suas fronteiras como para o seu plano de expansão eurasiático, que será tratado a seguir a partir da perspectiva do OBOR e seus principais parceiros.

III. O OBOR COMO PARCERIA ESTRATÉGICA EURASIÁTICA

III.1 CHINA E O CONCEITO DE PARCERIA ESTRATÉGICA

Para compreender a importância das relações com a Rússia e Índia, tanto para o projeto OBOR como para a projeção internacional chinesa, é necessário analisar o conceito de parceria

estratégica. Tal conceito está além da mera relação amistosa entre Estados, ou restringido ao comércio.

De acordo com Kowarski (2013, p. 108):

Para além desse nível de cooperação, postula-se aqui que a parceria opera em um nível mais profundo: no intercâmbio de ideias e pontos de vista sobre os contornos da ordem internacional. Essa troca de perspectivas, sobre temas globais, nos quais as vozes russa e chinesa possuem entonação diferente dos Estados Unidos e dos demais países ocidentais, encontra seu lastro nos documentos oficiais e na análise da atuação comparada dos dois na ONU, assim como influencia a criação de um foro de Estados como BRIC e nos entendimentos em nível trilateral entre China, Rússia e Índia.

Portanto, é a partir da visão de parceria estratégica que é possível compreender a recente intensificação nas relações sino-russas e sino-indianas. Em busca de mudanças na ordem internacional que os favoreça como países emergentes na economia-mundo, China, Rússia e Índia buscam beneficiar-se mutuamente em ações coordenadas trilaterais; o que se torna mais evidente com a análise das novas tendências chinesas para a economia mundial, com foco em infraestrutura e comércio, coordenada a novos blocos multilaterais como o BRICS, a ser abordado posteriormente.

III.2 OBOR E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES SINO-RUSSAS E SINO-INDIANAS

O programa *One Belt, One Road* de infraestrutura, lançado oficialmente em 2013, configura-se como um ambicioso corredor econômico, inspirado na antiga Rota da Seda, lançado pela China, como sendo capaz de integrar o Extremo Oriente à Europa Ocidental, principalmente a partir da Rússia, pela sua via terrestre, e a partir do Oceano Índico por sua via marítima. No total, a iniciativa engloba seis corredores econômicos, que perpassam mais de 60 países no total, que contam com 60% da população global e um terço do PIB mundial (ONE..., 2015).

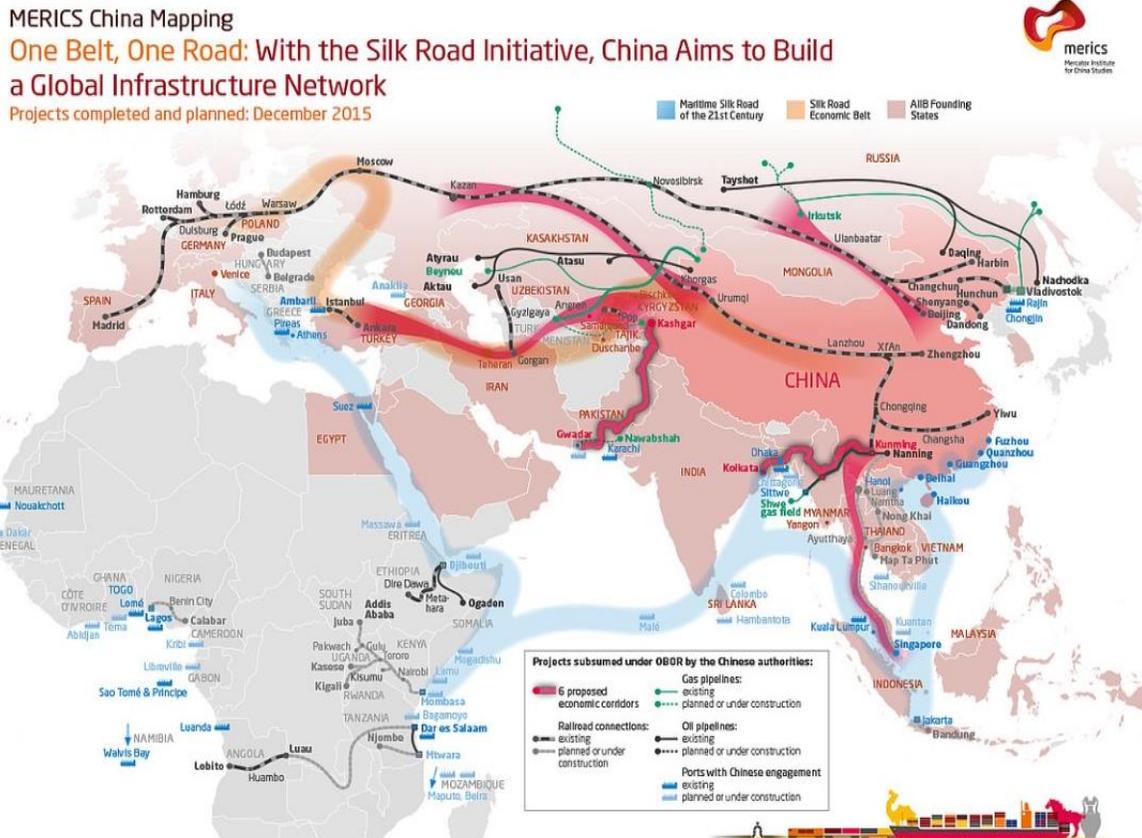
O *Silk Road Economic Belt*, de acordo com o *China-Britain Business Council* (ONE..., 2015), desenvolverá “pontes terrestres eurasiáticas”, em uma cadeia logística que conectará o litoral chinês ao Porto de Rotterdam, nos Países Baixos, com diversos corredores econômicos ao longo da rota, conectando a China à Mongólia, Rússia, Ásia Central e Sudeste Asiático.

Ademais, a *21st Century Maritime Silk Road*, uma rota marítima, irá do litoral leste chinês, pelo Mar do Sul da China e Oceano Índico, até o continente europeu, também percorrendo o

chamado “Chifre da África” e o Canal de Suez. O seu objetivo é melhorar a eficiência das rotas marítimas entre grandes portos de diversos países, incluindo o desenvolvimento de um corredor marítimo no Oceano Índico – o que dependeria diretamente de acordos benéficos à Índia, para que a mesma participe do projeto.

A iniciativa, com o início de seu implemento em 2015, possui como objetivo “[...] conectar o vibrante círculo econômico asiático, de um lado, até o círculo econômico europeu, do outro, e alinhar países com grande potencial para desenvolvimento econômico” (ONE..., 2015). Tal estratégia desdobra-se em várias consequências, como: a promoção do crescimento econômico do interior chinês; a integração da infraestrutura dos países integrantes do corredor, intensificando suas trocas comerciais; aproximação entre os países da Eurásia, entre algumas das principais. Tais consequências visam expandir a influência chinesa, visto o seu ascendente padrão tecnológico na produção e a sua larga acumulação material.

A seguir, a figura 1 ilustra como a iniciativa pretende conectar a China a toda a Eurásia em grandes corredores econômicos, visando a um aumento da influência e importância chinesas no comércio internacional e em projetos de infraestrutura.

Figura 1. Mapa da rota terrestre e marítima do OBOR*

*Observa-se a magnitude do projeto, com diversos pontos de conexão por toda a Eurásia, em ferrovias, oleodutos e hidrovias.

Fonte: Mercator Institute for China Studies (CHINA aims..., 2015).

III.2.1 O EIXO-SINO RUSSO DO OBOR

Especificamente sobre o eixo China-Rússia do OBOR, o mesmo se constrói a partir das rotas *New Eurasian Land Bridge* e da *China-Mongolia-Russia Corridor*. A primeira pretende transformar-se na principal passagem logística entre a Europa e a Ásia nas próximas décadas, visto o seu projeto de longo prazo. A mesma apresenta-se com mais rápida que a rota marítima atualmente existente, com o potencial de reduzir o custo logístico com um uso intensivo em economia de escala, e mais barata que o transporte aéreo (BRADSHER, 2013). Ao atravessar sete províncias chinesas, todo o Cazaquistão, a Rússia ocidental e todo o Belarus, até finalmente chegar à União Europeia, a rota demonstra a coesão para a cooperação atualmente existente entre o governo chinês e a União Econômica Eurasiática, representada pelos três últimos países citados. Além da integração entre os atuais sistemas ferroviários existentes em tais países, outra estratégia

adotada para o devido sucesso do corredor econômico é a facilitação do desembaraço aduaneiro no trajeto, com a adoção de acordos de comércio com a Polônia, Rússia e Cazaquistão. A seguir, a figura 2 ilustra o trajeto da *New Eurasian Land Bridge* e a sua magnitude como eixo de cooperação sino-russo.

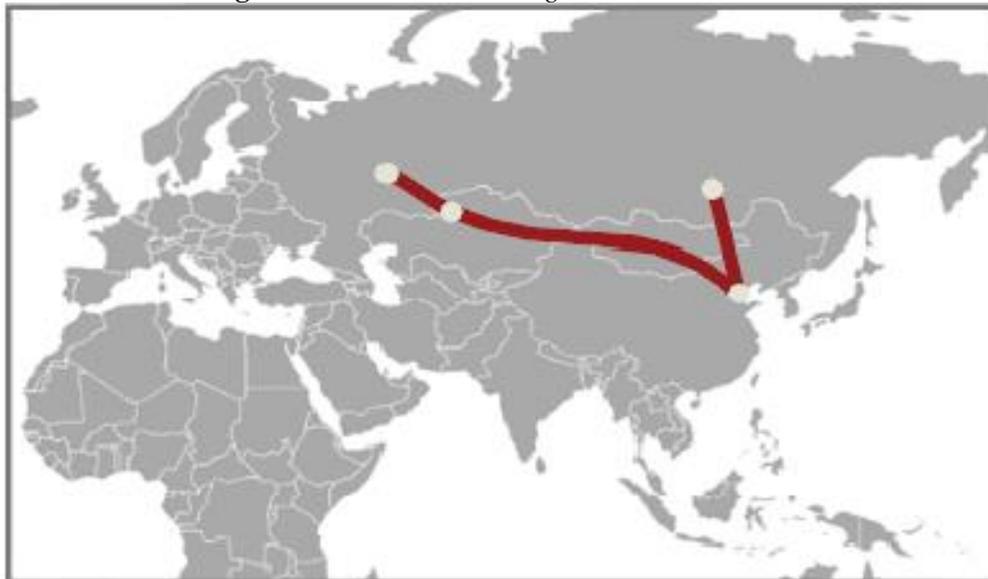
Figura 2. A rota *New Eurasian Land Bridge**



*Atualmente já existente, conecta a China à União Europeia, passando pelo Cazaquistão, Rússia e Belarus, antes de chegar à Polônia. Permite o comércio a partir de diversos pontos de partida na China, como Chongqing e Xian. Como elemento de política internacional, é um importante fruto de cooperação entre China, EEU e UE.

Fonte: ONE Belt One Road (2015, p. 11).

A segunda rota, chamada *China-Mongolia-Russia Corridor*, envolve duas linhas de alta velocidade: Pequim/Tianjin/Hebei-Rússia, via Mongólia Interior, e Dalian-Chita. A partir de rotas já preexistentes, há projetos em conjunto de expansão do seu uso entre tais países. A passagem norte será construída de modo a conectar o Círculo Econômico da Baía de Bohai (Pequim, Dalian e Tianjin) à Europa ocidental, integrando o OBOR às iniciativas russas e mongóis de infraestrutura: o Plano Ferroviário Transcontinental e a Rota das Estepes, respectivamente. É importante ressaltar a estratégia de inserção do Yuan como moeda internacional, visto que tais financiamentos foram feitos em divisa chinesa, em maio de 2015, avaliados em 25 bilhões de dólares (ONE..., 2015). A seguir, a figura 3 ilustra o percurso de tal rota.

Figura 3. A rota *China-Mongolia-Russia Corridor*

*A partir do litoral norte chinês, permitirá conexões com a Sibéria e a Mongólia Interior, além de com a anteriormente citada *New Eurasian Land Bridge*. A mesma também contará com oleodutos e gasodutos, com financiamento chinês em Yuan. Possui o potencial de tornar-se um grande corredor energético.

Fonte: ONE Belt One Road (2015, p. 11).

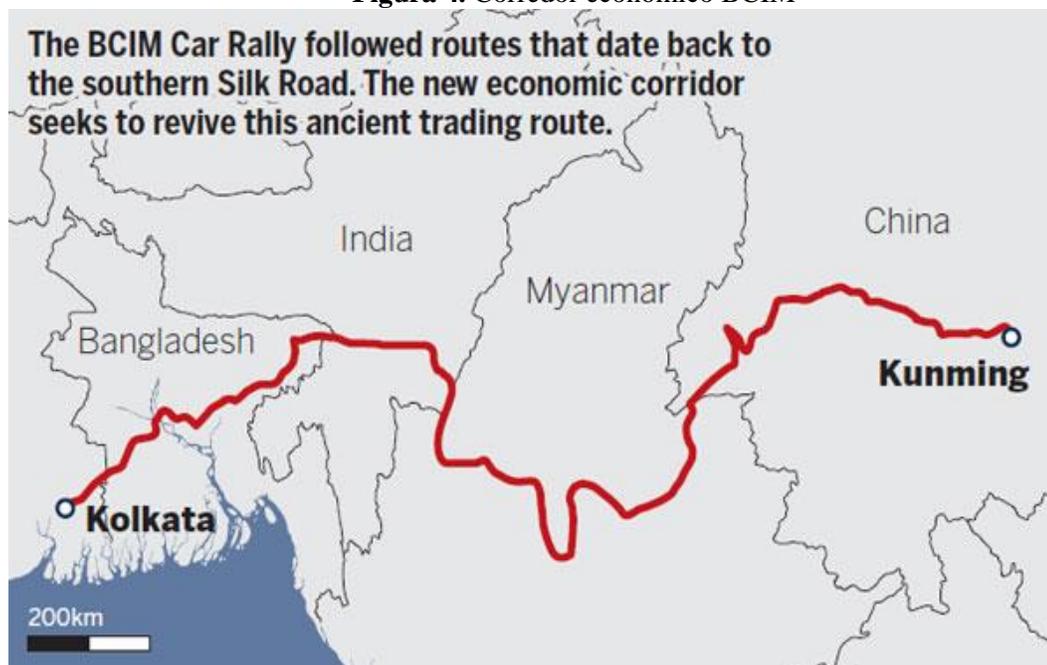
A partir do investimento no comércio e nos mútuos ganhos econômicos, as autoridades chinesas visam aos ganhos geopolíticos advindos da envergadura de tal projeto. Principalmente após as sanções adotadas pelos países ocidentais após o incidente na Crimeia, o governo russo volta-se à China como principal parceiro, adotando uma postura de cooperação entre o seu principal projeto de integração regional e o OBOR. Assim, em 8 de maio de 2015, os dois países assinaram uma declaração conjunta, na qual pretendem, em um futuro próximo, criar uma zona comum de comércio entre a União Econômica Eurasiática e a China, o que impulsionaria qualquer projeto do OBOR existente entre tais países. A estratégia de mútua acomodação de interesses foi positiva em ter um acordo comum, no qual o governo chinês adota a postura de estabelecer acordos com os países-membros da EEU em bloco, e não separadamente, o que mantém a estrutura da integração regional liderada pela Rússia (GABUEV, 2015). Assim, ambos os países acomodam os seus principais interesses na região; a expansão econômica e comercial chinesa, que necessita de novos mercados para seus produtos, e a manutenção da zona de influência russa pós-soviética, focada principalmente em termos de segurança.

III.2.2 O EIXO SINO-INDIANO DO OBOR

Diferentemente do eixo de cooperação com a Rússia em relação ao OBOR, as características do projeto entre China e Índia envolvem rotas terrestres como complemento às marítimas, especialmente a partir do porto de Calcutá, além do entendimento entre ambas as potências ser mais frágil, sobretudo devido a históricas divergências em demarcações de fronteiras e as relações com o Paquistão.

Primeiramente, em relação a questões de infraestrutura do projeto, o que concerne aos dois países atém-se ao *Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor* (BCIM), um eixo de integração inspirado na região sul da Rota da Seda. Assim, o novo corredor pretende tornar tal antiga rota em uma nova opção de rota de comércio entre tais países, além da melhoria logística para exportação por toda a *21st Century Maritime Silk Road*, isto é, para o restante do Sudeste Asiático, África e Mediterrâneo. A seguir, a figura 4 ilustra o trajeto do corredor econômico proposto.

Figura 4. Corredor econômico BCIM*



*Ligará o sul da China, de Kunming, na província de Yunnan, até Calcutá, Índia, cruzando Mandalay, no Mianmar, e Dacca, capital do Bangladesh. O mesmo será mais uma opção logística de produção de todos os países, além de um importante resultado de cooperação entre China, Índia e países do Sudeste Asiático.

Fonte: JOHN (2014).

Assim, a partir de um viés econômico de cooperação, a partir da proposta de ganhos mútuos, o governo chinês propõe tal aproximação com a Índia, que atualmente está entre os seus dez principais parceiros comerciais. Tal posição política também é adotada como uma forma de superar antigos conflitos. Além da delicada questão fronteiriça entre ambos, nas quais a China não reconhece o tratado limítrofe de 1914 entre a Índia Britânica e o Tibete (conhecido como Linha McMahon), há uma crescente aproximação entre China e Paquistão, que também possui contenciosos de fronteira com a Índia na região da Caxemira.

O *China-Pakistan Economic Corridor* (CPEC), também incluído na iniciativa OBOR, desperta desconfiança no governo indiano, visto os vultosos investimentos diretos prometidos ao seu principal rival regional em questões de segurança. O corredor logístico que ligará o extremo oeste chinês ao porto de águas profundas de Gwadar, sul do Paquistão, passará próximo à contestada região da Caxemira, o que o governo chinês considera uma questão delicada a ser tratada com a Índia para o sucesso do projeto. O mesmo demonstra-se estratégico para o sucesso do OBOR, visto que o seu exitoso implemento permitiria um acesso exclusivo da China ao Oceano Índico sem depender da rota marítima pelo Estreito de Malaca (estreito entre a Indonésia, Malásia e Cingapura), uma das rotas marítimas estratégicas no comércio internacional, devido à sua estreiteza e falta de alternativas tão eficientes quanto para efeitos de logística. Portanto, é presumível que o governo chinês promoverá uma postura trilateral pragmática entre os países, de modo que o ganho econômico com o OBOR promova uma distensão regional.

Com este objetivo, foi promovida a entrada de Índia e Paquistão como membros plenos da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), em 2016. Sendo fundada como uma organização para a discussão da segurança internacional na Eurásia, a presença de ambos rivais, com incentivo chinês, ressalta a importância estratégica da manutenção da paz regional para as estratégias de longo prazo do OBOR.

De acordo com Ribeiro (2015, p. 27):

[...] a entrada de Índia e Paquistão na OCX eventualmente sinalizaria um novo momento para a Eurásia pós-guerras do Afeganistão e Iraque. O caminho para a reaproximação sino-indiana poderia estar justamente no gerenciamento conjunto com Paquistão e Rússia (e possivelmente com alguma participação do Irã) das questões securitárias da Ásia Central. Pensando de forma pragmática, os indianos atualmente necessitam mais do acesso a fontes energéticas do que resolver a longa disputa pela Caxemira.

Logo, pela via pragmática dos ganhos econômicos mútuos das duas principais potências emergentes no século XXI, os projetos de integração entre os dois países têm como vinculante a manutenção da paz regional. Com este objetivo, os governos Modi e Xi divulgaram documento bilateral, no qual a resolução das questões fronteiriças foi classificada como “objetivo estratégico”, o que ressalta a importância da manutenção da crescente cooperação sino-indiana e a mitigação das possíveis questões geradoras de conflito, principalmente a Linha McMahon e as relações sino-paquistanesas (CHOWDHURY, 2014). Portanto, segundo Jaffrelot (2011):

Essas relações bilaterais complicadas não impedem os dois países de se encontrarem – e convergirem – cada vez mais frequentemente nas instâncias multilaterais. A diversidade das instituições que reúnem países asiáticos, ou mais amplamente, países emergentes, aumenta a frequência e a intensidade das participações: Índia e China são atualmente membros de cerca de meia dúzia de organizações desse gênero em escala regional ou intercontinental. Além do Triângulo Estratégico, que agrupa Rússia, China e Índia, a mais emblemática, certamente, é o grupo chamado Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Como visto no atual capítulo, o *One Belt, One Road* possui uma grande capacidade de proporcionar projeção econômica à China, especialmente no continente eurasiático expandido, sua zona de influência político-econômica mais imediata. A seguir, será tratado como o BRICS, em termos econômicos auxiliado e repercutido pelo OBOR, possui a capacidade de moldar a ordem internacional aos interesses chineses e dos seus associados emergentes.

IV. AS CONSEQUÊNCIAS DO OBOR PARA O BRICS

Assim como na cooperação calcada no *One Belt, One Road* para a expansão do comércio e dos investimentos na Eurásia, há um importante eixo de confluência na política internacional entre os países do BRICS. Para a elaboração conjunta de um projeto tão grandioso como o OBOR, deve estar presente uma confluência de interesses estratégicos, assim como de visões de mundo e identidades frente às instituições internacionais. A partir do início do século XXI, tais traços nas relações sino-russas e sino-indianas intensificaram-se e consolidaram-se desde então, como será exposto a seguir; da mesma forma, será exposto como a África e a América do Sul podem integrar-se aos principais eixos anteriormente expostos do OBOR no futuro.

A partir de documentos como a Declaração Conjunta para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Internacional, de 1997, percebe-se uma movimentação entre países emergentes, de modo a

que seus interesses convirjam em novas práticas que os favoreçam nas relações internacionais. No Pós-Guerra Fria, é salientado em tal documento por China e Rússia que suas relações devem ser obrigatoriamente calcadas na cooperação, respeito à soberania, aos diferentes regimes políticos e em um protagonismo das potências emergentes. Tal postura, agradável ao histórico Movimento dos Países Não-Alinhados e a um dos seus principais representantes, a Índia, culminou com a formação do BRICS, após a posterior adesão do Brasil ao movimento em um fórum multilateral, de Ecaterimbugo, tornado anual e rotativo em 2009 (KOWARSKI, 2013).

Portanto, o BRICS foi formado a partir da confluência de visões de tais países sobre a ordem internacional, com base em cooperação e busca de objetivos compartilhados. Tais objetivos, de caráter multipolar de uma nova ordem, baseiam-se extensamente em críticas ao modelo de Bretton Woods, considerado ultrapassado. Da mesma forma, o grupo de cinco potências emergentes considera que as tendências para a futura economia global estão na formação de megablocos econômicos de integração intercontinental (DAVYDOV, 2014); e assim, as potências devem preparar-se para esta realidade, com capacidade de influência no futuro da política internacional. Tais pressupostos culminaram na formação do *New Development Bank* (NDB), popularmente conhecido como Banco do BRICS. Assim, ainda de acordo com Davydov (2014, p. 2):

[...] Parece uma decisão política em comum, uma consequência direta da crise econômica, criar uma reserva de divisas. A criação de uma bolsa de valores em comum para os 'cinco' permitirá 'unir' os mercados de ações dos Estados-membros, o que por si só tem um enorme significado prático. (tradução nossa)

As estratégias em comum entre as potências emergentes, institucionalizadas no NDB, surgem como mais uma evidência dos planos dos mesmos em diversificar os organismos da ordem internacional, de modo que favoreça melhor aos interesses dos países em desenvolvimento. Tal decisão surge de dois principais fatores: a crise financeira global de 2008-2009 e a resistência dos países centrais em adotar reformas de maior representatividade da nova ordem multipolar.

A crise financeira instalada a nível global desde a última década, que ainda promove alguns efeitos generalizados, deslocou o principal eixo de governança global do G8 para o G20, por haver atingido principalmente os países centrais. Portanto, os países do BRICS, a partir de tal realidade, adquirem uma influência bem mais significativa a nível global. Em tal conjuntura, muitos dos entendimentos adotados nas relações sino-russas e sino-indianas contemporâneas são transplantados para o BRICS. De acordo com Kowarski:

[...] a crise abriu a oportunidade para que as demandas para construção de uma nova ordem internacional ganhassem mais ouvidos, apesar deste tema estar

incluído, oficialmente, nas discussões dentro da parceria estratégica sino-russa, e, de maneira talvez mais contundente, no histórico das demandas colocadas por Brasil e Índia. (KOWARSKI, 2013, p. 132).

Portanto, dentro das parcerias estratégicas com as potências da Eurásia, o BRICS representa uma plataforma política que compartilha entre atores com objetivos semelhantes estratégias para alcançar um maior nível de representatividade na política internacional, a partir de uma lógica coordenada de demandas. Muitas das mesmas já estavam presentes anteriormente nas relações sino-russas e sino-indianas, o que demonstra um crescente grau de entendimento entre os parceiros e a adesão de novos membros na elaboração de novas instituições, que diversifiquem e tragam mudanças que representem a nova multipolaridade defendida por tais potências.

Dentro de tais demandas, o OBOR se destaca como um elemento aglutinador das necessidades de infraestrutura entre China, Rússia e Índia, com expansões para a África e a América do Sul. Em relação ao continente africano, as propostas de investimento chinês em infraestrutura baseiam-se no crescimento exponencial do comércio sino-africano, o qual se expandirá a taxas de quinze a vinte por cento ao ano até o fim da presente década (FOXMAN, 2013). Assim, para sustentar o crescimento de tais trocas em franca ascensão, o projeto chinês de parceria comercial com a África, principalmente com o apoio tailandês, baseia-se no estabelecimento de doze portos, designados como *Strategic Maritime Distribution Centers*, como ilustra a figura 5, conforme o mapa abaixo.

Figura 5. Mapa da estratégia chinesa para a inserção do continente africano no OBOR*



*Por meio do uso de centros de distribuição estratégicos estabelecidos nos oceanos Índico e Atlântico, é possível observar como os mesmos também se articulam com portos na América do Sul e Central, formando uma rede de intensificação de trocas comerciais entre países emergentes.

Fonte: EYLER (2014).

Desta forma, tal investimento em infraestrutura sustentará um crescimento vertiginoso de trocas comerciais sino-africanas, as quais alcançaram US\$385 bilhões em 2015, o que já representa três quartos do comércio chinês com a União Europeia (FOXMAN, 2013; SUN; RETTIG, 2014). É importante destacar os diferentes níveis de consumo do continente europeu e africano, devido a grande diferença em renda *per capita*, o que demonstra o enorme potencial de tal região para o comércio, enquanto as relações comerciais com a Europa tendem a estagnação. Portanto, ainda de acordo com Eyler,

A ideia é que tais portos, coletivamente conhecidos como Centros Estratégicos de Distribuição Marítima (CEDM), irão atender a principal frota comercial vinda da Ásia, e cada porto terá a sua própria frota secundária de menores embarcações costeiras a distribuir a portos secundários. Os CEDM estão localizados próximos

a grandes centros populacionais, com sistemas rodoviários confiáveis, para distribuição em mercados locais e regionais. Por exemplo, o Porto de Libreville, no Gabão, quarto país africano mais desenvolvido em PIB per capita, superior a 11 mil USD, servirá como um centro de distribuição para os vizinhos Camarões, Congo, e Nigéria, mais ao norte. (EYLER, 2014, tradução nossa)

Diferentemente da estratégia de inserção africana no OBOR, o plano de inserção sulamericano é majoritariamente de matriz ferroviária. A Ferrovia Bioceânica, planejada para conectar o Atlântico ao Pacífico em um corredor logístico Brasil-Peru de cinco mil quilômetros, receberá financiamento e projeto chineses, de viabilidade comprovada em audiência pública, no Senado brasileiro, em abril de 2017. A empresa chinesa Creec concluiu, em estudos de viabilidade, que a demanda de transporte logístico projetada para a ferrovia, quando finalizada, será de 22,5 milhões de toneladas em 2025 e de 50,6 milhões de toneladas transportadas em 2030, por toda a sua extensão, considerando as duas extremidades (FERROVIA..., 2017). Os valores previstos para transporte em 2025 equivaleriam a 37% do atual volume de carga exportado do estado de Mato Grosso, o que ilustra o potencial do ganho logístico que o comércio exterior brasileiro ganharia com o necessário investimento em infraestrutura adequada (AMORA, 2016).

Entretanto, tais parcerias estabelecidas entre os países BRICS continuam dependentes das visões de política externa dos seus respectivos governos, e tais visões sofreram mudanças recentes no caso brasileiro. O estabelecimento do governo de Michel Temer provoca desconfiança nos governos dos outros países do BRICS, visto que o grupo não é prioridade nas diretrizes da atual política externa do governo brasileiro. Tal desconfiança foi expressa em um artigo editorial da Xinhua, agência estatal chinesa de notícias, em 2016. No mesmo documento, com participação de Zhou Zhiwei, membro da Academia Chinesa de Ciências Sociais, há o seguinte trecho, revelador da profundidade das preocupações chinesas sobre a continuidade brasileira no BRICS:

O Brasil sempre valorizou as suas relações de cooperação com os outros países BRICS após o nascimento do bloco em 2009. Entretanto, os acontecimentos políticos no Brasil desde a suspensão de Rousseff do cargo estão resultando em um reajuste da sua política externa. O Ministro interino das Relações Exteriores, José Serra, delineou novas prioridades na política externa em sua primeira aparição pública, em 18 de maio. Segundo o mesmo, o Brasil deveria enfatizar relações bilaterais com a Argentina e o México, enquanto prioriza a restauração de ‘parcerias tradicionais’ com os Estados Unidos, Europa e Japão. Sobre a cooperação com os outros países BRICS, Serra afirmou que o Brasil irá aproveitar as oportunidades trazidas por esse mecanismo, com vistas a melhorar a cooperação em investimentos e comércio entre os membros. Uma diferença sutil foi notada dos termos frequentemente utilizados por Rousseff, como ‘cooperação estratégica’ e ‘prioridade diplomática’. (SPOTLIGHT..., 2016, tradução nossa)

Portanto, a partir do exposto acima, pode-se concluir que os projetos de aprofundamento da parceria intra-BRICS dependem da participação ativa como diretriz de política externa de seus respectivos governos, como um projeto de parceria estratégica, também exposto anteriormente. Ao buscar novamente uma associação com potências centrais e afastar-se do BRICS, o atual governo brasileiro busca uma relação evidentemente desigual em objetivos e posições no sistema internacional, o que compromete a participação brasileira em projetos como o OBOR e afasta o país do centro da convergência de novos valores para uma ordem internacional de maior favorecimento dos emergentes. Assim, tal nova estratégia de política externa associa um franco país emergente a um grupo de potências decadentes em posição relativa no sistema internacional, vista a sua perda de capacidade de crescimento em acumulação material e participação nos esforços de inovação tecnológica e domínio de novos meios de produção.

Entretanto, a partir de novas instituições financeiras criadas no BRICS, as mesmas podem contribuir ativamente para a expansão do projeto, que têm o potencial de ser um importante ativo para os objetivos de longo prazo do grupo de países. Assim, as iniciativas chinesas de infraestrutura presentes no OBOR se relacionam às atividades chinesas no BRICS, sobretudo de criação de mecanismos de financiamento de longo prazo. Tais objetivos, acordados pelo BRICS Think Tanks Council (TOWARDS..., 2014, p. 2) seriam:

- I. Promover cooperação para o crescimento econômico e o desenvolvimento;
- II. Paz e segurança;
- III. Justiça social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida;
- IV. Governança política e econômica;
- V. Progresso através do conhecimento e do compartilhamento da inovação (tradução nossa)

Com tais objetivos claramente identificados, o projeto OBOR, de acordo com o documento acima, contribuiria diretamente para o objetivo número um, influenciando os outros ao promover intensiva cooperação para o desenvolvimento entre os seus membros na Eurásia. Ainda de acordo com o documento:

1. [...] Para salvaguardar os ganhos econômicos, os países BRICS devem considerar a promoção do crescimento e desenvolvimento entre os mesmos, e através do diálogo com outros parceiros de pensamento similar. Para este fim, o BRICS deveria considerar a integração dos mercados nas áreas do comércio, investimento estrangeiro e nos mercados de capitais para reagir aos efeitos negativos das tendências globais.

3. [...] Ásia e África são regiões que experienciaram um crescimento econômico significativo nos últimos cinco anos. O BRICS deve, em suas respectivas regiões, apoiar o desenvolvimento econômico e social e o investimento em infraestrutura para promover o comércio e a criação de empregos. A esse respeito, os membros do BRICS podem desejar utilizar seus esforços coletivos para promover o desenvolvimento de infraestrutura em todos os setores da economia. (TOWARDS..., 2014, p. 3, tradução nossa)

Portanto, o *One Belt, One Road*, como um projeto de infraestrutura que promove cooperação para o desenvolvimento intra-BRICS e associados interessados, ao incentivar o investimento em comércio e infraestrutura, contribui para os objetivos de longo prazo do BRICS, repercutindo no crescimento e desenvolvimento dos membros do grupo. Os objetivos chineses na articulação entre os dois projetos, um de caráter majoritariamente econômico, e o outro majoritariamente político, indica uma iniciativa chinesa de projeção coordenada, do seu próprio território a outros, em forma de raios de ação e alcance. O estabelecimento de um triângulo estratégico eurasiático, sustentado pelas ações chinesas em conjunto com seus parceiros, tanto no OBOR como no BRICS, projeta a emergência chinesa para além do seu continente. Da mesma forma, a partir da inclusão de outras potências regionais em organizações como a OCX, o estabelecimento de diretórios de segurança regional eurasiática é incentivado, o que é essencial para o prosseguimento do OBOR como projeto de integração das forças produtivas do continente eurasiático expandido.

Tais elementos conjugados, tanto o *One Belt, One Road* como o BRICS, cada um com os seus objetivos, porém concomitantemente coordenados, possuem capacidade de projetar a China como líder emergente, a partir da expansão da sua acumulação material em associação com parceiros regionais. Tal conjuntura se torna possível a partir da sua ação intensiva para dominar o ciclo tecnológico atual, em um investimento massivo no progresso técnico que permite e projeta os objetivos chineses de cooperação para o desenvolvimento.

V. CONCLUSÃO

A partir do exposto no presente trabalho, percebe-se que as relações sino-russas e sino-indianas intensificaram-se a partir do século XXI, com a transição da Federação Russa desde o fim da URSS, a distensão e aproximação de Índia e China, e a contínua abertura comercial chinesa para a economia globalizada. A partir de entendimentos comuns sobre como deve ser uma nova ordem

internacional, na qual potências emergentes como tais países devem obter maior protagonismo, os mesmos estreitaram os seus laços econômicos e políticos, representados no presente trabalho a partir do projeto *One Belt, One Road*, o BRICS e as suas instituições, que atraíram membros além da Eurásia, destacados no presente artigo na presença africana e brasileira.

Assim, a partir de uma visão econômica e geopolítica compartilhada, Rússia, Índia e China pretendem aumentar a sua influência sobre o continente eurasiático expandido com o maior projeto de infraestrutura e integração econômica da atualidade, que permitirá rápidas trocas comerciais entre a Europa ocidental e o Extremo Oriente; o que, além de beneficiá-los mutuamente, promove a cooperação entre vastas regiões da União Econômica Eurasiática, a União Europeia, a China e o Sul-Sudeste Asiático, com grandes potenciais de promoção do desenvolvimento a partir da intensificação do comércio entre os dois extremos geográficos e a Ásia Central. Da mesma forma, a América do Sul se insere no OBOR a partir de uma nova conexão bioceânica, em uma inédita ligação do Brasil com a costa do Pacífico, o que permitirá a intensificação das trocas comerciais e uma aproximação com a China, grande parceiro comercial da região. O mesmo ocorre na África, que encontra nos projetos chineses o capital necessário para a expansão da infraestrutura requisitada pelos emergentes mercados africanos.

Enquanto uma visão política, neste caso, na conjuntura de transição para uma nova ordem internacional multipolar, o BRICS representa uma das plataformas de expansão das potências emergentes de seus valores compartilhados, em concomitância com a plataforma OBOR em um compartilhamento de projetos de expansão econômica. A partir da defesa do seu desenvolvimento, o grupo das cinco potências defende novas estruturas para uma ordem distinta da predominância ocidental atual, pois as primeiras representam as principais potências econômicas emergentes a médio e longo prazo; assim, reivindicam uma maior participação nos processos de tomada de decisão globais. Com a recusa das potências ocidentais em proporcionar tal compartilhamento de representatividade, os emergentes criam as suas próprias instituições, em seu próprio protagonismo, como o *New Development Bank*, como elemento financeiro, e o *One Belt, One Road* como elemento econômico de infraestrutura e cooperação para o desenvolvimento do século XXI. O primeiro pretende ser, dentro de poucos anos, a principal instituição de fomento ao crescimento e desenvolvimento econômico, o que revela a confluência de interesses ampliada para demais parceiros interessados; o segundo, com atividades em curso desde 2013, já é o principal plano de

investimento de muitos países em desenvolvimento, dentre os quais a China é o principal parceiro comercial.

Em conclusão, tal parceria estabelecida entre China, Rússia e Índia com os demais parceiros na Eurásia, África e América do Sul, a partir de diversas estratégias simultâneas expostas anteriormente, pretende aumentar o seu protagonismo na política internacional, tanto em seu continente eurasiático como na atração de parceiros globais, a partir da dinamização e aproximação de grandes blocos econômicos expandidos; e na confluência de interesses entre as principais potências emergentes para a elaboração de projetos em conjunto. O OBOR, como projeto econômico, e o BRICS, como político, buscam em conjunto uma readequação da ordem internacional aos interesses dos emergentes, principalmente o desenvolvimento econômico sustentado e a multipolaridade como modo de organização da ordem internacional.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORA, Dimmi. Ferrovia bioceânica, para ligar o Brasil ao Pacífico, é viável, indica estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/07/1790571-ferrovia-bioceanica-para-ligar-o-brasil-ao-pacifico-e-viavel-indica-estudo.shtml>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRADSHER, Keith. Hauling new treasure along the silk road. **The New York Times**, New York, Jul. 2013. Global Business. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/07/21/business/global/hauling-new-treasure-along-the-silk-road.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 3 dez. 2017.

BRUCKMANN, Monica. Recursos naturales y la geopolítica de la integración Sudamericana. **Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)**, Quito, 11 abr. 2011.

CHINA aims to build a global infrastructure network. 1 mapa, color. Berlin: Mercator Institute for China Studies, 2015. Disponível em: <<https://www.merics.org/en/merics-analysis/china-mapping/china-mapping/>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

CHOWDHURY, Jhinuk. **Modi warms up to Xi keeping 'border' as the key word**. RT, 2014. Disponível em: <<https://www.rt.com/op-edge/189688-india-china-border-talks-visit/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

DAVYDOV, Vladimir. Economic priorities of BRICS. **6º Fórum Acadêmico do BRICS**. Rio de Janeiro, 2014.

ESCOBAR, Pepe. **Putin, Xi Jinping e parceiros na Nova Rota da Seda**. Porto Alegre: Carta Maior, 2017. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Putin-Xi-Jinping-e-parceiros-na-Nova-Rota-da-Seda/6/38105>>. Acesso em: 28 de junho de 2017.

EYLER, Brian. **China's maritime silk road is all about Africa**. [S.l.]: East by Southeast, 2014. Disponível em: <<http://www.eastbysoutheast.com/chinas-maritime-silk-road-africa/>> Acesso em: 2 dez. 2017.

FERROVIA bioceânica é viável, dizem chineses em audiência pública. **Senado Notícias**, Brasília, abr. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/ferrovia-bioceanica-e-viavel-dizem-chineses-em-audiencia-publica>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

FREIRE, Maria. Confluência na Ásia? As relações Rússia-China. **Relações Internacionais**, Lisboa, n.38, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200008>. Acesso em: 29 de junho de 2017.

FOXMAN, Simone. Trade ties between China and Africa could surge 25% this year: and that's just the beginning. **Quartz**, Washington, Apr. 2013. Disponível em: <<https://qz.com/73463/trade-ties-between-china-and-africa-could-surge-25-this-year-and-thats-just-the-beginning/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

GABUEV, Alexander. **Eurasian Silk Road Union: Towards a Russia-China Consensus?** Tóquio: The Diplomat, 2015. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2015/06/eurasian-silk-road-union-towards-a-russia-china-consensus/>>. Acesso em: 28 de junho de 2017.

JAFFRELOT, Christophe. **Índia e China, conflitos e convergências**. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, 2011. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/india-e-china-conflitos-e-convergencias/>>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

JOHN, Emanuel. **Racing to a new prosperity**. Pequim: China Daily USA, 2014. Disponível em: <usa.chinadaily.com.cn/epaper/2014-06/04/content_17562090.htm>. Acesso em: 11 de setembro de 2017.

KOWARSKI, Arthur. **Fortalecendo laços: o conceito chinês de parceria estratégica aplicado às relações bilaterais sino-russa e sino-brasileira**. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais. Centro de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MEYER, Eric. **Who Sabotaged Chinese President Xi Jinping's India Visit?** Forbes, 2014.

MIKHAILOVA, Irina. Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das relações bilaterais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2, n.3, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Acesso em: 28 de junho de 2017.

One Belt One Road: new opportunities in China and beyond. Londres: China-Britain Business Council, 2015.

RIBEIRO, Erik Herejk. **A rivalidade e a cooperação nas relações China-Índia**: o contexto asiático e o caso de Mianmar. Dissertação de mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

SPOTLIGHT: political change in Brazil tests capability of BRICS. [S.l.]: Xinhuanet, 2016. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2016-06/13/c_135432251.htm>. Acesso em: 1 nov. 2017.

SUN, Y.; RETTIG, M. American and Chinese trade with Africa: rhetoric vs. reality. **The Hill**, Washington, May 2014. Disponível em: <<http://thehill.com/blogs/pundits-blog/international/214270-american-and-chinese-trade-with-africa-rhetoric-vs-reality>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Towards a long-term strategy for BRICS: recommendations by the BRICS Think Tanks Council. Rio de Janeiro: BRICS Think Tanks Council, 2014.

Recebido em: março/2018.

Aprovado em: fevereiro/2019.